

D. CATARINA BARRETO E A RETIRADA DE 1635

Gilberto Osório de Andrade
Geógrafo

“Quando se descreve a mulher deve-se molhar a pena no arco-íris e atirar sobre o papel a poeira das asas da falena”. Isso teria dito Diderot, citado por João Batista Regueira Costa no seu Prefácio às “Pernambucanas Ilustres”, um livro cuja publicação estará completando um século no ano que vai começar. Livro escrito por um quintanista da Faculdade de Direito do Recife, Henrique Capitolino Pereira de Melo, e que se arrola hoje entre as nossas raridades bibliográficas. No Prefácio fez Regueira Costa especial menção das pernambucanas que emigraram em 1635 para a Bahia, nove nomes ao todo que a História guardou, seis das quais viúvas de maridos notáveis, uns pelos feitos d’armas, outros pela nobre ascendência. “Esforço mais do que varonil, e heróico” louva Frei Jaboatão, das senhoras viúvas, “que as mais, ou as arrastaria o amor dos maridos, ou as obrigava a obediência dos pais”.²⁵ P. II v. 1 p. 165

Entre elas, D. Catarina Camelo tivera por esposo o mameluco Pedro de Albuquerque, filho de Jerônimo de Albuquerque, o “Adão pernambucano”, com uma índia que não foi D. Maria do Espírito Santo Arcoverde. Outras duas eram D. Isabel e D. Mécia, nascidas ambas das segundas núpcias de D. Filipe de Moura, que viera ter aqui quando a Capitania era governada pela tia, D. Brites de Albuquerque. Tendo morrido sua primeira mulher, a prima Isabel, que era uma das filhas naturais do “Adão pernambucano”, casou Filipe de Moura com uma sobrinha, D. Genebra Cavalcanti, cujo pai era o fidalgo Florentino Filipe Cavalcanti. Ao tempo da retirada para a Bahia D. Isabel de Moura enviuvara já de Antonio Ribeiro de Lacerda, que no primeiro ano

da invasão holandesa caíra despedaçado por um pelouro — lê-se: “Castrioto” — quando com os capitães Rebelinho e Luís Barbalho participava dum assalto às fortificações do inimigo na ilha de Antônio Vaz. Morte que por ficar sem prêmio nem lembrança del Rei “escandalizou o Brasil”, exclamaria anos depois Francisco de Brito Freire. Desamparada também era D. Mécia de Moura, viúva de Cosme Dias da Fonseca, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e meio irmão do concunhado Antônio. Exceção desses casamentos endogâmicos cita-se apenas entre as emigrantes D. Catarina Barreto, filha de João Pais Barreto — o João Pais do Cabo — a qual tivera por marido o fidalgo D. Luis de Sousa Henriques.

A D. Catarina Barreto temos de nos referir de vez em quando no decurso desta exposição, mas vamos prometer desde logo que para isso não nos valeremos nem do arco-íris, nem de mariposas poéticas de Hugo, ou de Musset.

João Pais não fez parte daquela “gente nobre e luzida” que veio para Pernambuco com Duarte Coelho, mas já em 1557 estava ele em Olinda, quando não mais vivia, aliás, o primeiro donatário, que morrera em Lisboa. A administração da Nova Lusitânia era então exercida por D. Brites e só em 1560 o olindense Duarte Coelho de Albuquerque, primogênito de Duarte Coelho, viria de Portugal para assumir o governo da Capitania hereditária. Por ordem expressa, aliás, da rainha D. Catarina, assustada com as notícias que chegavam a Portugal sobre as intermináveis tropelias e carnificinas praticadas aqui pelos selvagens.

Tinha pouco mais ou menos 13 anos João Pais quando chegou a Olinda. Consigna a “Nobiliarquia Pernambucana” que ele era natural e da melhor nobreza de Viana, descendente dos morgados da Bilheira, senhores da torre de Constantino Barreto, 18 v. 2 p. 26. filho de Antônio Velho Barreto, morgado da Ribeira na vila de Viana e de Mariana Pereira da Silva, da Casa de Regalados”. 18 v. 1 p. 73 Por não ser o filho mais velho, e visto que no morgado o patrimônio vinculava-se sucessoriamente ao primogênito, abalou João Pais para o Brasil como tantos fizeram antes dele e depois, quando era muita a gente que frei Vicente do Salvador dizia ter acudido de Portugal e doutras Capitánias brasileiras, atraída pela boa fama das terras de Pernambuco. 33p. 200

Uma vez em Pernambuco, o menino minhoto foi crescendo na idade e nos haveres, tendo chegado a ser um potentado rural, senhor de muitas terras e escravos, e de quem diria Brito Freire muitos anos depois ter enriquecido sabendo “(o que é tão dificultoso) juntar a virtude, com a riqueza”. 19p.344

Pelo que se conhece, talvez o velho João Pais contrariasse por antecipação aquele reparo de mestre Gilberto Freyre, para quem a civilização agrária do Nordeste não produziu nenhum santo, e sim somente mulheres "quase santas". É dum "quase santo", pelo menos, o retrato que dele faz seu primeiro biógrafo, licenciado Jorge Cardoso, autor do "Hagiológico dos Santos e Varões Ilustres em Virtude, do Reino de Portugal e suas Conquistas", com quatro tomos editados em Lisboa a partir de 1652. De tal modo virtuoso, humilde e caritativo que teria morrido em odor de santidade. Não sendo de surpreender, portanto, que D. Domingos do Loreto Couto incluísse João Pais na sua lista de "varões ilustres em santidade, que pela habitação se fizeram naturais de Pernambuco". 13 p. 351

Prosperou bem depressa João Pais, apesar de que a terra do Brasil era, como parecia a Anchieta, "desleixada e remissa e algo melancólica e por esta causa os escravos e os índios trabalham pouco e os Portugueses quase nada". 9p. 425 Pelo visto, não cria o jesuíta num processo de aclimação acaso bem sucedido, tal como registrava aquele outro cronista colonial mais experiente segundo quem, embora reconhecendo que "a terra em si mesma é lassa e desleixada" e que nela se mostravam os portugueses "algum tanto fracos e minguados das forças" por causa do calor e do que comiam, apressava-se a ressaltar que isso acontecia somente enquanto os forasteiros eram novos no país. Porque depois de algum tempo — é Gandavo quem fala — quando se acostumam, "ficam tão rijos e bem dispostos como se aquela terra fosse sua mesma pátria". 22p. 42 João Pais não morreria antes dos 73 anos, num tempo em que a esperança média de vida andava sempre aí por menos de 50 janeiros.

Participaria ativamente dos atropelos da colônia às voltas com os indígenas e os seus aliados, os contrabandistas franceses de pau-brasil, e ainda mais cedo da guerra de extermínio movida pelo segundo donatário contra os caetés que senhoreavam a mata costeira da Capitania, dos montes Guararapes ao rio de São Francisco. E como todos sabiam serem as "terras do cabo", ao sul dos Guararapes, algumas das melhores terras de Pernambuco, não há de ter sido difícil recrutar voluntários: gentes de Igarassu, de Paratibe e da várzea do Capibaribe, e mais três companhias de mercadores e moradores de Olinda, uma das quais de portuenses, outra de lisboetas, outra de vianenses. Os vianenses que no dizer do padre Fernão Cardim "são senhores de Pernambuco e quando se faz algum arruído contra algum vianês, dizem em lugar de aqui del rei, aqui de Vianna". 8p. 335 Como capitão da gente de Viana do Castelo seguiu, pois, para a guerra João Pais. Provavelmente já estava casado nesse tempo com D. Inês Guardéz, filha de Francisco Carvalho de Andrade e D. Maria Tavares Guardéz, senhores do engenho São Paulo na várzea do Capi-

baribe. Senhor de engenho ele próprio, nada indica que o fosse antes de consumado o extermínio quase total dos caetés, porque só depois disso é que o território varrido a ferro e fogo desde os rios Jaboatão e Pirapama até o São Francisco — onde terminava a Capitania duartina — pôde ser eficazmente repartido. Desbaratados os caetés de tal modo, registou Anchieta em 1584, que não ficara uma só povoação deles na costa, de sorte que contra os franceses e seus apaniguados potiguares — temia o catequista — não tinham os portugueses índios amigos que os ajudassem, “porque os destruíram todos”.^{9 p. 306}

João Pais deve se ter distinguido de modo especial durante essa campanha, tanto que nas terras que lhe tocaram na repartição não só veio a instalar o primeiro engenho de açúcar que moeu ao sul do rio Jaboatão, como fundou vários outros, a maior parte dos quais ali por perto, na bacia do baixo Pirapama e vizinhanças.

Quantos engenhos exatamente terá fundado João Pais, ou terá possuído? A maior parte dos cronistas menciona dez, mas no “Hagiológico” de Jorge Cardoso fala-se de nove e Frei Vicente do Salvador não conta mais de oito.

Em janeiro de 1617, uns poucos meses antes de morrer, ao providenciar vários aditamentos às suas disposições testamentárias^{31 p. 13-5} mencionou explicitamente João Pais o engenho do Espírito Santo (ou Garapu), o dos Algodoais e o Utinga, mas além destes devem se considerar também os cinco que não aparecem arrolados no codicilo porque já estavam vinculados e por isso não se traziam à colação, isto é, não se restituíam à massa da herança. Eram além do Jurissaca, do dote de D. Catarina Barreto, os engenhos do morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, instituído em 1580 em favor do primogênito João Pais Barreto e aprovado por alvará régio de 25 de julho de 1603,^{12 v. 1 p. 489} “o único morgado com provisão real que há nesta terra”, consignaria já no século XVIII Borges da Fonseca,^{18 v. 2 p. 27} e isso importa em dizer que se os bens dados em dote a D. Catarina foram também vinculados a um morgado, como alguns admitem,^{12 v. 2 p. 350} não deve ter este prevalecido por falta de real beneplácito. Os engenhos do morgado do Cabo — morgado que subsistiu até 1846, quando a instituição foi extinta por lei imperial, tendo sido Francisco Pais Barreto, o Marquês do Recife, seu oitavo e último titular — eram o Velho, o Santo Estêvão, o Ilha e o Guerra, de todos os quais ainda hoje há restos, alicerces e mesmo ruínas de capelas. A capela de Nossa Senhora da Anunciação do engenho Velho faz-se uma referência nas “Denúncias de Pernambuco” (1594) como sendo uma das duas únicas anexas existentes àquele tempo na

freguesia de Santo Antonio do Cabo de Santo Agostinho, tudo levando a crer que a outra, a de São João "no engenho de Estêvão Alvo", 14 p. 137 assinalasse a sede do futuro engenho Jurissaca. Com os três mencionados no codicilo de 1617 somam oito, portanto, os engenhos que podem sem vacilação ser tidos como próprios do colono João Pais.

Parece certo que em 1586 Cristóvão Lins e sua mulher, D. Adriana de Holanda, tinham vendido por 3.000 cruzados a João Pais o engenho Pirapama, 11 p. 275 cujo sítio da sede pode ser apontado ainda hoje pela tradição à margem do baixo curso, mas esse engenho não está relacionado no codicilo. Neste, do que se fala também é de molinotes, pequenas moendas rudimentares que aparentemente não mereciam ser chamadas de engenhos, bem como de terras ao longo do rio Tabatinga, que desemboca logo ao sul do cabo de Santo Agostinho, e ainda do rio Una e de um seu afluente, o Caraassu.

Essas terras também foram distribuídas por João Pais e agora já é tempo de procurarmos saber quantos eram e quem foram seus filhos, seus herdeiros.

Tampouco nesse particular reina consenso entre as fontes históricas. "Sete varões e uma fêmea", segundo Jaboatão. Oito ao todo, lhe atribuem coincidentemente Frei Vicente do Salvador, Brito Freire e Borges da Fonseca. Conforme Pereira da Costa, ora teriam sido oito, ora nove.^{12 v. 1 p. 399 e 489} E o "Hagiológico de Jorge Cardoso inventaria dez: seis filhos e quatro filhas. Na ordem em que os enumera a "Nobiliarquia Pernambucana", 18 v. 2 p. 27 os filhos de João Pais chamaram-se João, Estêvão, Cristóvão, Miguel, Diogo, Filipe, Catarina e Maria. As "Memórias Diárias" de Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco, falam também de oito, mas omitem Maria e incluem um Antônio. É no codicilo de 1617, porém, que tudo se esclarece: os filhos do velho João Pais eram oito homens e duas mulheres. E aos que já foram nomeados acima acrescenta-se apenas um, chamado Julião.

Mencionada no codicilo como D. Luisa de Sousa, por integral assimilação do nome do marido, ficaria iaiá Catarina com "seu dote inteiramente", recomendando o testador que todos os filhos assim houvessem por bem, nada intentando contra o dote da irmã, sob pena de não poderem merecer a bênção paterna. 31 p. 15 Casara-se ela em 1614 com D. Luís de Sousa Henriques, 5o. filho de D. Francisco de Sousa, descendente dos condes do Prado e senhor de Berenger, e de D. Violanta Henrique, como apurou o padre Lino do Monte Carmelo Luna 27 p. 238 n. 1 à vista da "História Genealógica da Casa Real de Portugal". De 1591 a 1602 fora D. Francisco o sétimo governador

geral do Brasil, "o mais benquisto" e "o mais respeitado e venerando", segundo Frei Vicente-do Salvador. ³³ p. 348 Em 1608, ao instituir junto com a administração das minas de São Paulo um governo especial das Capitânicas de São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro, Filipe II de Portugal (III da Espanha) nomeou Capitão e Governador "do distrito das três Capitânicas" a D. Francisco de Sousa, do seu Conselho, o qual um ano depois partiu de Lisboa para investir-se nas novas funções. D. Francisco tinha recomendações expressas para "ir em direitura aos portos do seu distrito" — talvez porque a fama da riqueza e dos festins de Olinda costumasse desviar de suas rotas muitos dos que vinham ao Brasil cumprir missões del-Rei — mas a 19 de fevereiro de 1609 seus navios inesperadamente ancoraram no porto de Pernambuco e com muitos festejos e homenagens o receberam em Olinda. De onde, por sinal, não recomençaria a viagem para o Sul senão depois de um mês ou mais.

Há seis anos Duarte de Albuquerque Coelho, filho de Jorge de Albuquerque, tivera confirmação régia como quarto donatário da Capitania, mas não sabemos se estava presente em Pernambuco, porque até a invasão holandesa, em 1630, foi mais de uma vez substituído temporariamente no governo. Viera D. Francisco com duas caravelas, numa das quais navegava seu primogênito, D. Antônio, e na outra viajava ele próprio com o filho adolescente, D. Luis, que acabava de abandonar os estudos em Coimbra para abraçar a carreira das armas. Tudo leva a crer que nessa ocasião o jovem D. Luis conheceu e namorou Catarina, filha de João Pais, que era dos principais da terra e dos proprietários mais ricos da Capitania.

Em 1611 morreu D. Francisco na vila de São Paulo, "estando tão pobre" — escreveu Frei Vicente — "que nem uma vela tinha para lhe meterem na mão". Ausente D. Antônio, que na forma das prerrogativas outorgadas por el-Rei devia suceder a D. Francisco, avocou o governo D. Luis, mas sua gestão foi curta, porquanto logo vieram instruções de Lisboa para desobrigar-se das três Capitânicas. Em 1612, com efeito, foi reunificada a colônia e assumiu no ano imediato o décimo governador geral do Brasil, Gaspar de Sousa.

Em vez de voltar a Portugal, D. Luis "passou a Pernambuco por contrato e casou com D. Catarina Barreto", lê-se na "Nobiliarquia" ¹⁸ v. 2 p. 33. De sorte que no engenho Jurissaca "que sua mulher trouxera em dote, além de outros bens, que reunidamente constituíam uma avultada fortuna, passou assim descansadamente e na mais feliz abastança todo o resto de sua vida", escreve o seu tanto maliciosamente Pereira da Costa. ¹² v. 2 p. 352 É ainda Pereira da Costa quem assinala ter D. Luis de Sousa Henriques exercido, talvez em 1616 — o ano anterior ao da morte do sogro — o governo da Capi-

tania, provavelmente por ordem de Gaspar de Sousa, então residente em Pernambuco, e, certamente durante uma daquelas ausências de Duarte de Albuquerque Coelho, já referidas atrás. Nada consta, porém, sobre o ano em que a interinidade terminou, ¹²v.2 p.350 e nos "Anais Pernambucanos" faz-se a ressalva, aliás, de terem sido Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão e D. Domingos do Loreto Couto os únicos escritores que deixaram menção desse governo interino, ambos, de resto, sem situá-lo com precisão no tempo. Como quer que fosse, em janeiro de 1617 chegava a Pernambuco um novo governador geral do Brasil de nome D. Luis de Sousa, que por expressa determinação real aqui se demorou até começos de 1619 para melhor atender aos "negócios do Maranhão", ou mais precisamente aos problemas implicados na fundação da Capitania do Pará a partir da ilha de São Luís, recuperada dos franceses de La Ravardière. A coexistência em Olinda dos dois fidalgos homônimos gerou freqüentes confusões nos registos históricos. E talvez fosse por via das dúvidas que D. Catarina Barreto se qualificava mulher de D. Luis de Sousa Henriques, tal como mandaria gravar na sua campa, e não de D. Luis de Sousa simplesmente. Entre outras coisas porque o D. Luis de Sousa governador geral era casado em Portugal com a condessa de Mendelim, que não deixou em paz as Cortes, aliás, enquanto não lhe devolveram para lá o marido.

Quantos anos viveu D. Luis, senhor de Jurissaca? Para isso não temos resposta e tampouco se conhecem outros fatos da vida do casal além de que tiveram seis filhos, cinco dos quais, segundo Brito Freire, rodeavam a já então viúva D. Catarina Barreto quando ela se pôs em marcha participando da retirada de julho de 1635. Um dos filhos era aquele D. João de Sousa que em 1645 permanecia no exílio da Bahia, quando ali foram ter o conselheiro político Balthazar van der Voorde e o comandante do forte do Pontal no cabo de Santo Agostinho, Diederik van Hoogstraten, para protestar contra o apoio levado do rio Real pelas gentes de Camarão e Henrique Dias aos primeiros assomos da insurreição pernambucana e ao mesmo tempo para sondar as intenções porventura veladas do governador Antonio Teles da Silva.

D. João de Sousa induziu ardilosamente Hoogstraten a uma clandestina audiência em que o mesmo governador lhe assegurou dar carta branca ao cabo de guerra Paulo da Cunha para negociar com ele a entrega do forte, entrega que se verificaria, com efeito, pouco tempo depois, logo em seguida à batalha das Tabocas, para grande furor do Conselho Supremo, no Recife.

Dos filhos de D. Luis e D. Catarina seria D. João de Sousa o de maior evidência no Brasil, tomando parte ativa na guerra da Restauração depois de ter tido seu batismo de fogo nas lutas do Alentejo, em Portugal. Como mes-

tre-de campo, comandaria em 1664 o 3o. Regimento de Infantaria da praça do Recife, tendo sido comendador da Ordem de Cristo e detentor doutras dignidades e honrarias, além de alcaide-mor da Paraíba. Ele e sua mulher D. Inês Barreto de Albuquerque — aliás sua prima, por ser filha de Filipe Pais Barreto, senhor do engenho Garapu e sogro também doutros sobrinhos, todos netos do velho João Pais — foram instituidores e fundadores (1684) do Hospital de São João de Deus e da igreja de Nossa Senhora do Paraíso, no antigo Pátio do Paraíso, aqui no Recife, onde a "roda" instalada na portaria recebeu muito recém-nascido enjeitado, pátio absorvido afinal pelas modernidades do traçado urbano. A esse Hospital de São João de Deus seria legado depois, pela viúva D. Inês, o engenho Algodoads, provavelmente herdado de Miguel Pais Barreto, irmão de D. Catarina e tio dos primos cônjuges, falecido solteiro sem deixar sucessão. A nora de iaíá Catarina foi uma daquelas "quase santas" de que fala Gilberto Freyre, "nascidas à sombra doce de uma igreja da qual é impossível separar a formação brasileira"

Tanto quanto é impossível separar a memória do engenho Garapu da capelinha que ainda persevera com seu copiar acolhedor e bucólico, embora quase de todo dissimulada já pelas instalações industriais que a assediam e sufocam. Se bem que "alentados fidalgos" fossem D. João de Sousa e sua mulher — assim adjectiva-os Pereira da Costa ao registar que o testamento da viúva, celebrado em 1697, abrangia uma copiosa e espetacular baixela em prata de lei 12 v. p. 214 — quando D. Inês Barreto de Albuquerque enviuvou, escreve Gilberto Freyre, "foi para dedicar-se toda ao serviço de Deus e aos pobres, dando de comer a muitos, sustentando muitas órfãs (. . .) e ela própria varrendo os quartos e fazendo as camas dos doentes" no hospital.^{21 p. 174}

Os outros filhos, conforme os relaciona Borges da Fonseca, chamaram-se D. Pedro, D. Francisco, D. Diogo, D. Helena e D. Ângela. Dos dois primeiros limita-se a "Nobiliarquia" a registar que faleceram sem geração. Quanto aos demais, todos três professaram em Portugal. D. Diogo foi religioso da Ordem da Santíssima Trindade e suas irmãs "floresceram no convento de Santa Clara de Coimbra", na piedosa expressão de Loreto Couto. Quase seis páginas inteiras dedicou o escritor beneditino ao louvor de soror Margarida da Trindade, que se chamara no século D. Helena de Sousa, e especialmente ao panegírico de madre soror Ângela do Sacramento. Nascida, lê-se nos "Desagravos", no grande engenho Jurissaca, "tão salutífero pela pureza dos ares, como rendoso pela bondade do sítio, fazendo-o mais célebre dois Templos de boa arquitetura e suficiente grandeza; dedicados um ao soberano Precursor de Cristo, São João Batista, outro ao ínclito São Gonçalo, ali venerado e buscado todo o ano de inumeráveis e devotos romeiros".^{13 p. 487} Restos de ambas as capelas ainda subsistem. Os da capela de São João Ba-

tista, algo desfigurada embora pelas reconstruções que dela experimentaram, permanecem na povoação mesma do engenho. Os da ermida de São Gonçalo são veneráveis ruínas presentemente abafadas por densa mata tropical secundária no topo dum outeiro ao norte do cabo de Santo Agostinho, a meio caminho da sede do engenho para a praia de Itapoama.

As doces e celebradas amenidades do Jurissaca, tiveram D. Catarina e os seus filhos de abandoná-las em julho de 1635, logo que o forte de Nazaré do cabo de Santo Agostinho capitulou na seqüência da perda, menos de um mês antes, do Arraial do Bom Jesus. Para cortar o passo a von Schkoppe quando este investiu contra o forte, postara-se Matias de Albuquerque na povoação de Santo Antônio, embrião da sede municipal hoje do Cabo, e convocara em seu auxílio Luiz Barbalho que estava em São Lourenço da Mata. Mas tudo foi debalde, porque a coluna holandesa forçou a passagem para o sul e foi se aquartelar no já então arruinado engenho de Miguel Pais, o engenho Algodoais, de onde seria dirigido o ataque final, por terra, ao pontal de Nazaré. Tudo se passava, portanto, na região onde o velho João Pais semeara seus engenhos. O Ilha, o Guerra, o Velho, o Jurissaca e o Garapu, além do Algodoais, estavam sendo talados pela guerra, isso para falar somente daqueles que necessariamente devem ter estado no roteiro das marchas e contra-marchas de von Schkoppe e Matias de Albuquerque. É nesse passo de suas "Memórias Diárias" que o Marquês de Basto diz ter experimentado poupar-se ao desgosto de relatar a perda do forte de Nazaré adiando o registo para depois de se ocupar da retirada em massa dos moradores; mas "por librar-me um pouco de uma lastima, vine a dar em outra; porque, a quién no será lastimoso este recuerdo?" Na verdade, e segundo revela, uma vez arrasado o Arraial e antes mesmo de tomada a fortaleza de Nazaré, muitos houve que trataram de abandonar suas fazendas, tanto na Capitania da Paraíba como na de Itamaracá, dando a entender, aliás, que o mesmo fez o morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, João Pais Barreto Filho, irmão de D. Catarina, que afinal se teria decidido a partir com a perda do forte. De resto, Matias de Albuquerque já tinha nos seus planos uma retirada para as Alagoas, "aonde tinha mandado fazer alojamento, fortificação pelo conde Banholo", informa frei Manoel Calado.^{7 p.43} E o Marquês de Basto insiste em que "o nosso general" empenhou-se muito particularmente em induzir à retirada precisamente os moradores "de mais consideração, pelo que poderiam servir o inimigo se os achasse em suas casas". Quando o holandês entrou, com efeito, na Vila Formosa de Sirinhaém, "não achou quem lhe desse um carro, farinha ou qualquer outra coisa". E os engenhos, desaparelhados e sem braço servil, deixados para trás quase como uma terra desvastada, "muito lhe custou a pô-los moentes e correntes:"^{10 p.207} Na verdade, e pelo que diz respeito às devotas matronas do feitio de D. Catarina,

não terá sido necessário dizer-lhes duas vezes que fugissem: bastava-lhes a "lembrança de que padeciam por seu Deus e por seu rei, por não misturarem-se com hereges, inimigos de uma e outra majestade". 10 p. 204

A 3 de julho, no dia imediato à capitulação do forte, começou a penosa migração a partir de Sirinhaém, de cujo distrito investiu-se no mando Gaspar van der Ley, futuro comprador do engenho Algodoads, o qual ainda se casaria, como é sabido, com uma fidalga pernambucana descendente do fundador da família dos Melo, os Melo do engenho Trapiche. "Na retaguarda com toda a gente de guerra que tinha" marchava Matias de Albuquerque,^{7 p.43} ou fosse na retaguarda duma multidão de mais de três mil homens, mulheres, meninos e escravos, além de quatro mil índios e alguns duzentos carros de comboio. Quase oito mil pessoas, arredondou Brito Freire, "com imensa quantidade de carruagens, gados e negros; havendo senhor que levava consigo mais de trezentos" escravos.^{19 p.343} "Triste, e lamentável transmigração — gemeria mais tarde Frei Jaboatão — tão sentida para os que a faziam, como chorada dos que os não podiam acompanhar", e que eram muito mais numerosos do que os que partiam. Arremedando Brito Freire refere o frade que "não deixou de haver (. . .) grandes contradições. Uns, por pobres, outros por ricos. Estes não queriam largar o que tinham; aqueles não tinham com que fazer tão arriscada e comprida derrota. A uns detinha-os, o que possuíam, a outros a falta dos comboios; e assim não foram poucos os que por necessidade, ou conveniência dobraram o joelho, e sujeitaram a liberdade ao jugo do holandês".^{25 P.11 v.1 p.160}

Sessenta índios de Camarão abriam a marcha e oitenta cerravam a cauda da coluna. Os da vanguarda esquadrihavam as brenhas para prevenir encontros de surpresa e lanhavam o matagal de rijo, a golpes de terçado, alargando veredas pelas quais internavam-se os carros dos moradores fugitivos, cerca de duzentos carros, contou-os Duarte de Albuquerque Coelho, testemunha do êxodo. De como seriam esses carros dá-nos perfeita imagem o desenho de Franz Post intitulado "Serinhaim" e datado de 1645 que figura no "Rerum per Octennium" de Barléu: um modelo que não difere muito, salvo nos detalhes, do carro de bois que ainda hoje se vê na zona da mata nordestina. Puxado por uma ou duas juntas de bois que a vara verrada do carreiro governa, com enormes rodas chiantes, maciças, de madeira, formadas pela junção de três pranchas unidas por grampos de cobre, e sobre cujo estrado levantavam-se varais suportando um tapume de esteiras, tudo arrematado no topo por um toldo de couro. Por esse sacolejante e acanhado cubículo tinham muitos trocado a sólida e recatada alcova de suas casas-grandes.

Separando os fugitivos dos índios que iam na dianteira e dos que vinham na cauda do comboio distribuíam-se os soldados de Matias de Albuquerque. Na frente, aquela "tão pouca infantaria", no dizer de Brito Freire, das companhias de D. Fernando de la Riba Agüero, Alonso de Albuquerque, D. Pedro Taveira Souto Maior, Francisco Rabelo, Luís de Magalhães e Leonardo de Albuquerque; atrás, a gente de armas comandada pelos capitães Martim Ferreira da Câmara, João de Magalhães, D. Pedro Marinho, Manuel de Sousa de Abreu, D. Gaspar de Valçaçar, Paulo Vernola e Rodrigo Fernandes. Soldados pagos, de tropa regular, informa por sua vez Duarte de Albuquerque Coelho, seriam duzentos, aliás "nunca pagos para dizer o que realmente era". Os das emboscadas, chamá-los-íamos hoje os das guerrilhas, não chegariam a cem.

Transportavam consigo o quanto podiam carregar do que lhes restava de seus bens, móveis e semoventes, negros e bois, jóias e baixelas, sedas, damascos, holandas, tapeçarias, tafetás, veludos e brocados. Do irmão morgado de D. Catarina, consta que conseguira arrebanhar trezentos e cinquenta dos seus negros além de muito gado, antes de se incorporar aos retirantes. Foi a fama desses restos de fortuna que perdeu o sargento-mor Alexandre Picard, governador holandês da praça de Porto Calvo. Sebastião do Souto, morador naquela praça, não teve dificuldades para convencê-lo de que podia enriquecer com os despojos dos peregrinos de Pernambuco. Nove dias apenas depois de iniciada a emigração os flamengos da guarnição de Porto Calvo caíram numa cilada e nos termos da rendição foi Domingos Fernandes Calabar entregue a Matias de Albuquerque para ser justicado ali mesmo, no lugar onde nascera.

Além daquelas nobres iaiás que desde cedo deixamos mencionadas como retirantes de 1635, outras amostras podem ser invocadas das famílias de prol, principalmente de representantes da aristocracia rural canavieira, que abandonaram igualmente suas fazendas para acompanhar Matias de Albuquerque. A começar por outros Albuquerque, Cavalcanti de Albuquerque, Melo de Albuquerque e Albuquerque Carvalhosa, de que a "Nobiliarquia Pernambucana" faz registo, e continuando pelos Couto, Botelho, Pimental, Barbalho, Caminha, Gonçalves da Paz e Machado de Carvalho, além de espanhóis como Perez, Ramires e o sevilhano D. Luis Lopes Tenório, que em 1613 — regista Borges da Fonseca — tinha passado a Pernambuco. Sem esquecer Julião Pais Daltro, que um inventário holandês de 1638 mencionaria como falecido proprietário dos engenhos Utinga e Santa Lúcia da freguesia do Cabo de Santo Agostinho. Aquele mesmo Julião, acreditamos nós, que o velho João Pais perfilhou expressamente no codicilo e que, por sinal, batizaria um filho seu com o mesmo nome do avô. ⁵p.146

E não foram somente o irmão morgado e o irmão bastardo de D. Catarina que participaram da transmigração. Também Estêvão, o senhor do engenho das Ilhetas, Antônio, co-herdeiro das terras do rio Tabatinga, Cristóvão, senhor do engenho Novo, Miguel, do Algodoais, Filipe, do Garapu, e Diogo, fundador do engenho Una. Faltava só D. Maria, também aparentemente perflhada no codicilo e que talvez já nem vivesse mais.

Julião e Maria, filhos extraconjugais do João Pais, quase santo, modelo de virtude e piedade? Os indícios de que fossem bastardos são suficientes para reforçar a suspeita num tempo como aquele em que, nos engenhos, andavam quase todos "amancebados por causa das muitas ocasiões" no dizer de Cardim. ^{12 p.321} Inclusive porque viviam nuas as negras e as indígenas, "e não sabem se negar a ninguém", registou Anchieta, "mas até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com eles nas redes porque têm por honra dormir com os Cristãos". ^{9 p. 68} Donde aliás, aquela "grande tolerância com toda espécie de união de que resultasse o aumento de gente. Uma grande benignidade para com os filhos naturais", a Igreja não só fechando os olhos até mesmo à mancebia dos frades e dos padres como também aceitando generosamente sua obra de procriação, assinalou Gilberto Freyre. ^{20 p.269}

Voltemos, porém, à retirada. Já nos começos do século XVII — calculou Capistrano de Abreu — podia-se viajar por terra entre a Bahia e Pernambuco sem ter de enfrentar os selvagens, isto é, os caetés exterminados ou afugentados para o interior durante a guerra que lhes movera o segundo donatário. Talvez, também, porque a migração de 1635 fora estrategicamente organizada e conduzida; não consta que ataques de indígenas tivessem-na perturbado, como aconteceria na retirada de dois anos depois, de Porto Calvo para a Bahia, quando sobre as mulheres que por descuido ou cansaço ficavam para trás caíam os terríveis tapuias. "que não perdoavam a sexo, nem a idade", indignou-se Brito Freire, "dividindo os membros do corpo com golpes tão atroz, e fereza tão ímpia, que pareciam demônios abortados do próprio inferno, para espedaçarem ao gênero humano". ^{19 p.413} Ainda, porém, que nada disso fosse temido em 1635, de pavor já bastava o medo do holandês que, conforme o Marquês de Basto, tinha a posse de todos ou quase todos os portos daquela costa "vigiada por cinqüenta navios" e cujos moradores estavam na sua maior parte afeiçoados à causa do invasor. ^{10 p.213} Além disso havia a passagem dos rios, que só em certos casos podiam ser atravessados a vau.

No arquivo particular de S. M. o rei da Holanda encontrou José Higi-
no um "Itinerário desde a cidade Maurícia até o forte Maurício situado jun-
to ao rio de São Francisco", datado de 1640. ²⁴ O forte Maurício, como se sa-

be, foi mandado construir na povoação de Penedo por Nassau em 1637, quando sustou ali mesmo, na margem do São Francisco, a perseguição que vinham movendo ao Conde de Bagnoli. O autor anônimo do "Itinerário" fez todo o percurso a cavalo, gastando desde Sirinhaém até Penedo cerca de noventa horas, sem contar as paradas e os pernoites: cinco a seis dias de viagem, ao todo.

Dos vinte e três rios que teve de transpor entre Sirinhaém e Porto Calvo, somente cinco tinham pontes (em 1640) e todos demais foram passados a vau, ou em barcos. De Porto Calvo ao Porto Francês — onde está hoje o povoado do Francês, na barra comum das lagoas do Norte e Manguaba — treze rios foram cruzados, um dos quais, o Santo Antônio Grande, por meio de uma canoa. Registos meticulosos da presença aqui e ali d'água potável indicam que ao longo da costa de estuários afogados — como é o caso, entre muitos outros, das mencionadas lagoas, que o são dos rios Mundaú e Paraíba do Meio — a água doce não era encontrada em toda a parte. Na terceira etapa, até o rio São Miguel, só um dos cinco cursos tinha ponte e a mesma preocupação com água fresca ocorre nos apontamentos do "Itinerário". A inquietação continua presente entre o rio São Miguel e o Coruripe: três rios e sete lagoas, principalmente a lagoa do rio Jiquiá, algumas d'água salgada. E no último trecho da viagem, do Coruripe ao São Francisco, uma das travessias do rio Piauí e a passagem do Perucaba — afluentes ambos do baixo São Francisco tiveram de ser feitas em jangadas.

Entre dezembro de 1641 e janeiro de 1642 viajaria por sua vez do Recife até Penedo, com a incumbência de verificar se estavam sendo cumpridas as ordens de Nassau sobre o plantio de mandioca pelos senhores de engenho e lavradores de cana, o conselheiro Adriaen van Bullestrate. Os cavalos da sua comitiva tiveram, em Porto Calvo, de atravessar a nado o rio Manguaba, mais adiante o Sumaúma, que é um tributário da lagoa do Sul, e ainda depois o Piauí. Só o Jiquiá, o Poxim e o baixo Coruripe deram passagem, na vazante, sem ser preciso meter as alimárias náguas até o lombo. O conselheiro mencionou igualmente os caminhos pantanosos que entre Porto Calvo e o rio Camaragibe consumiam de viagem um dia inteiro e também os ataques dos "tigres" nas imediações do São Miguel.⁶

Quem nos nossos dias conhece a região por onde se deslocaram os fugitivos de 1635 pode imaginar facilmente como no lodaçal dos paus a marcha era extremamente penosa quando, ao esquivar-se da brenha, o comboio descia para a fímbria da mata nos baixios, onde somente muito braço de negro suarento e enlameado lograva libertar do pântano os carroções pesados e as juntas de bois. O mesmo voltava a acontecer na lama negra e pega-

josa dos manguesais que remontavam e remontam penetrantemente quase sempre os baixos cursos fluviais afogados em toda a costa da Capitania. Quanto ao "tigre" de van Bullestrate era a onça pintada, que de tão freqüente deixou em todo o país mais de sessenta topônimos derivados do étimo jaguar e arrolados pelo IBGE na carta do Brasil ao milionésimo, topônimos entre os quais o de rio Jaguaribe ocorre várias vezes desde o Ceará até a Bahia. De que comia gente deu notícia desde cedo o padre José de Anchieta, em carta de São Vicente, escrita em 1560: num bivaque de tropeiros acampados na beira dum rio, certa noite, um "tigre" abocanhou a perna que um índio adormecido espichara para fora da rede e baldados foram todos os gritos e ousadas para disputá-lo com sucesso à fera carniceira. "O que aconteceu com muitos outros — informa ainda o padre — que as mesmas onças arrebatam no primeiro sono no meio de muita gente".^{9 p.117}

Durante a retirada de 1635, cujo caminho no mato ia sendo rasgado por sagazes caçadores indígenas, registo algum ficou de assaltos desse gênero. Mas de que o risco existia, não há a menor dúvida. Quando da terceira migração para a Bahia, em 1637, uma criança de peito foi devorada por um jaguar diante dos olhos desesperados da mãe viúva que deixara o filho acomodado ao pé duma moita enquanto lavava roupa num ribeiro, e morreu ela mesma tentando arrancar a presa das unhas e dentes da onça pintada. O registo é de Brito Freire, que doutros desfechos desgraçados faz menção, como de retirantes "mordidos de outros bichos, e cobras venenosas, quando caminhavam, ou se detinham pelos matos desertos."^{19 p.413}

A exuberante floresta tropical dilatava-se ainda íntegra, somente aqui e ali rota em clareiras pelos engenhos que se iam implantando, tal como aconteceu com os núcleos pioneiros de colonização nas Alagoas. Em 1618 o autor dos "Diálogos", que por muitos anos viveu em Pernambuco e na Paraíba, deu a palavra ao interlocutor Brandônio para proclamar o pasmo que a floresta lhe causava: "Por cada parte que ponho os olhos vejo frondosas árvores, entrebastecidas matas e intrincadas selvas". Árvores tão descomunais que não era "bastante uma flecha despedida de um teso arco, por galhardo braço, a poder sobrepujar a sua alteza".^{15 p.103}

Nos primeiros anos da Capitania de Duarte Coelho a jângal não tinha praticamente soluções de continuidade em toda a faixa costeira da Paraíba à Bahia, e o gentio que a campanha do segundo donatário dizimara e expulsara desde o cabo de Santo Agostinho até o São Francisco fora dono e senhor da escura brenha, pelo que se chamava caeté, que queria dizer mato verdadeiro, ou mato virgem. Mais de um relatório holandês experimentou inventários florestais apressados: cedros, perobas, jacarandás, jatobás, amarelos, jequití-

bás, angelins, sapucaias, paudarcos, maçarandubas e assim por diante. Madeiras todas extintas atualmente nas áreas em que se deixaram registrar com generosas e bizarras adjetivações por frei Vicente, Gabriel Soares e outros cronistas. Compondo formações ora mais densas, com maior número de espécies e abundância maior de trepadeiras e cipós — fisionomia peculiar da mata úmida — ora com as árvores mais altas, as copas relativamente mal desenvolvidas e os troncos esguios da mata semicaducifólia, de transição para o agreste, chamada aqui e ali de mata seca e de “mata de varas” em Alagoas.

Ao tempo da retirada feita sob o comando de Matias de Albuquerque era ainda o matagal espesso que se alastrava por toda a parte, espesso nas várzeas terminais dos rios — as primeiras áreas em que o desmatamento iria abrindo espaço para os canaviais — como nas grotas sombrias, reintrantes nos flancos dos interflúvios. E nos colos, onde apenas começavam a esboçar-se caminhos vicinais, como nas vertentes todas do grande mar de morros. No percurso que fez em 1630 Verdonck assinalou que só havia engenhos em maior número na zona de Sirinhaém. Daí para o sul, à medida que predominava a criação de gado — já em 1601 o aventureiro inglês Anthony Knivet tinha assinalado vaqueiros e gados de João Pais na foz do rio Camaragibe, alagoano — ^{26 p. 169} haveria quando muito uns quatro ou cinco no rio Una, sete ou oito nos arredores de Porto Calvo e cinco ou seis, não mais, nas vizinhanças das duas Alagoas.

É precisamente ao norte do hoje Estado de Alagoas, ao longo do vale do Jacuípe até a bacia superior do Mundaú, que a zona da mata nordestina tem sua maior largura desde o litoral, largura de cerca de cem quilômetros que apenas se repete na costa meridional da Bahia. Às matas do Jacuípe referia-se na segunda metade do século passado o dr. Tomás Espíndola, em sua “Geografia Alagoana”, como sendo ricas em madeiras de construção que àquele tempo ainda eram extraídas. Só eufemisticamente toda essa grande faixa de primitiva floresta tropical atlântica continuou sendo chamada de “zona da mata”, porquanto nem sequer amostras, mas somente vestígios fantasmiais podem ainda ser vistos, nalguns capoeirões que aqui e ali vicejam nas colinas mais altas. Ou nalguns hortos botânicos, como o de Dois Irmãos, aqui no Recife, e o de Gurjaú, no Município do Cabo, preservados em torno de represas do sistema de abastecimento d’água, com matas, porém, muito depredadas e cuja restauração é dificultada pela heterogeneidade da floresta tropical.^{2 p.207} Porquanto tudo o mais é o domínio imperial da cana-de-açúcar forasteira, que comunicou à paisagem um semblante totalmente diverso da fisionomia primitiva.

Insista-se, entretanto, em que num passado ainda relativamente não muito distante restavam dessa mata remanescentes expressivos, nos espaços que entre as nucleações de engenhos de açúcar continuavam isentos do avanço do canavial. Um documento de mais de cento e setenta anos depois da retirada de Matias de Albuquerque foi certa relação apresentada ao governo de Portugal por um José de Mendonça de Mattos Moreira que mais tarde seria ouvidor nas Alagoas e autor, ali, de novo testemunho sobre o assunto. Num desses relatórios, o de 1809, assegurava ele que entre o rio Formoso, em Pernambuco, e o rio de São Miguel, ao sul das Alagoas, as matas existentes — e aliás reservadas para as construções reais — eram tão grandes e tão ricas que suportariam simultaneamente mais de setecentos cortes de madeiras “sem experimentar desfalque”.^{30 p.381} Dez anos depois iam ficar famosas as “jornadas da Barra Grande ao Cabo” que tiveram lugar durante as lutas da Confederação do Equador. Episódio que se seguiu à derrota, no Porto das Pedras, Alagoas, da chamada divisão constitucional do sul, divisão que se embrenhando na jangal da bacia inferior do Una cometeu, sob o comando de João Guilherme Racticliff, “um dos feitos mais heróicos da história da Confederação”, no dizer de Ulisses Brandão. Com batedores que marchavam à frente abrindo a picada a foice e machado, a coluna arrastou sua pesada artilharia durante oito dias “derrubando árvores seculares” até o cabo de Santo Agostinho.^{4 p.230} E mais tarde, na segunda metade de oitocentos, o rol de Manoel da Costa Honorato no seu “Dicionário” deixava acreditar na persistência de consideráveis reservas florestais na costa sul de Pernambuco: rol dum grande variedade de madeiras de marcenaria, de construção naval e construção civil, e até de paus de tinta.²³

Assim era o palco e tantos foram os contratempos, privações e perigos arrostados pelos fugitivos de 1635, num meio tropical selvático e ainda cru e hostil. Misturado com eles no comboio, deixou Duarte de Albuquerque Coelho em suas “Memórias Diárias” um vivo testemunho de como a penosa marcha adiantava-se, mas quase só de passagem Frei Manoel Calado falou da retirada, detendo-se de preferência em comentários sobre a migração de 1636 da qual participou, segundo expressamente o declara. Também de passagem foram as menções feitas por Diogo Lopes de Santiago em sua “História da Guerra de Pernambuco” e por Frei Rafael de Jesus no “Castrioto Lusitano”. Não assim, porém, Francisco de Brito Freire. Embora só estivesse presente em Pernambuco nos derradeiros anos da luta contra o flamengo e embora o texto principal de que se socorreu indubitavelmente fosse o das “Memórias” do Marquês de Basto, teve o autor da “História da Guerra Brasileira” acesso a muitas outras fontes, informes e notícias colhidas diretamente em Pernambuco, “além da experiência pessoal dos lugares”, como acentua José Antônio Gonsalves de Mello.²⁹ De Brito Freire, e do Marquês de Basto prevaleceu-se

mais tarde Frei Jaboatão para referir episódios da guerra holandesa, mas é fora de dúvida que no trato de alguns desses episódios, como foi o caso da retirada de Sirinhaém para as Alagoas, também valeu-se de depoimentos deixados por frades franciscanos, alguns protagonistas, outros contemporâneos só desse episódio.

"Tristíssima e saudosa transmigração", resumiu o autor da "História da Guerra Brasílica", sobretudo pela multidão de viúvas, casadas e donzelas, sinhás e sinhazinhas que no dizer lamentoso de Varnhagen, por isso que nunca haviam em toda a vida palmilhado mais do que a distância entre a casa e a igreja, tinham os pés estropiados, não raro desmaiando — viu-as assim Frei Calado — "porque o descostume de andar não as deixava dar um passo adiante". Como quer que fosse, "nem sempre é pusilânime o coração mulheril" documentou o autor das "Memórias Diárias", para quem as "nobres matronas (. . .) não mostraram por certo menos valor nesta ação de que o dos nossos soldados em tantos encontros".^{10 p.207} Desses como daquele outro louvor que lhes fez Brito Freire, ao asseverar que "excederam à natural fraqueza", serviu-se Jaboatão para entoar uma loa a tamanho "esforço mais do que varonil, e heróico", que afinal desmentira a versão de ser "pusilânime o coração da mulher", porquanto "também cabem na fraqueza deste sexo; excessões de valor, e operações de ânimo".^{25 P.II v.1 p.165} E lê-se mais no "Orbe Seráfico" que os religiosos do comboio não tinham mãos a medir para ouvir confissões: "ali se desterraram muitos ódios antigos, e se compuseram muitas consciências erradas".^{p.177}

Naquelas brenhas pelas quais se arrastavam, e onde se "viam sepultar uns, e nascer outros", muitos cavaram com as próprias mãos ora a cova dos pais, ora a dos filhos, tema que inspirou ao Visconde de Porto Seguro uma ode pequena mas quase elegíaca à "jovem esposa, que vendo o momento de dar à luz o fruto de seu amor, tinha de misturar as lágrimas das dores do parto com as da de perder o filho ao exalar o primeiro suspiro".^{34 p.128}

Mas também se queixavam, as nobres matronas emigrantes, em amargos termos como os que lhes atribui Brito Freire. Não podiam aceitar que a piedade de um rei católico e o zelo de tantos ministros cristãos permitissem "deixar em poder de Herejes, as Almas, e as honras, dos que ficam desesperados". Dos que perdiam as casas e tantos cabedais à falta de socorro, pois embora ao inimigo se devesse a perda e aos amigos a falta, "ambas nos resultaram primeiro dos Nossos, que dos Contrários".^{19 p.344} Queixas essas, aliás, que durante a retirada do ano imediato passaram a ser crespas imprecções segundo Frei Manuel Calado, ou fossem as "pragas que rogavam ao Conde da Bagnuolo (o qual depois que entrou em Pernambuco tudo foi de mal a pior)".^{7 p.85}

Escandalizou particularmente o frade "o desamparo das donzelas descalças", que chapinhavam na lama e atravessavam os rios molhando-se, ou arregaçando as saias, "com pouca compostura de seus corpos, alheios da honestidade, e recolhimento em que haviam sido criadas (o que sentiam mais do que perder as vidas)". Além disso e no dizer circunloquial de Brito Freire, a uma "forçosa descompostura" eram "constrangidas da precisa necessidade" mulheres com crianças nos braços e meninos pela mão. Não tanto, talvez, as nobres matronas, que se faziam ocultar da vista dos estranhos cercado-se de suas mucamas prestimosas, mas sobretudo as mulheres pobres ou desprotegidas, as que além do mais dormiam sem agasalho pelos matos e participavam em grau maior do que as outras da fome geral. Segundo Jaboaão ou frades que já não tinham quase o que comer, andavam mendigando migalhas dos mais ricos para dar aos mais pobres. Migalhas que seriam talvez miseráveis restos de farinha de pau raspados no fundo das mochilas, ou refugos da caça que os índios batedores com certeza abatiam na floresta: tatus, veados, cutias, pacas, capivaras, antas, macacos, caíditus, além de pássaros como araras, papagaios e mutuns. Ou ainda, nos brejos e na beira dos rios, maçaricos, colhereiras, guarás e jaburus. A não ser isso, que espécie de farnel podiam estar conduzindo os retirantes naqueles duros tempos de bloqueio naval, quando já muito escassos eram os mantimentos importados como o vinho, o azeite, o queijo e as conservas? Talvez aquela paçoca, feita de carne pilada com farinha, ou o moquéim indígena, de peixe ou carne assada sobre brasas, arrolados ambos por Gilberto Freyre entre as comidas mais usadas nos primeiros séculos ^{20 p. 137} Deve ter parecido algo como um banquete àquela profusão de ostras, sururus, camarões e siris, além dos peixes, com que os retirantes se puderam fartar afinal, nas margens piscosas e pródigas das duas Alagoas.

Assim viajou penosamente durante um mês inteiro D. Catarina Barreto, viúva de um "fidalgo de grande qualidade", como o nomeia Brito Freire. Aos trancos e barrancos num carro de bois talvez cedo desconjuntado, que gemia lamentosamente nas escabrosas veredas úmidas da mata, emperava nos atoleiros e nos areais, dias inteiros por vezes debaixo de aguaceiros, porque convém lembrar que a migração se fazia em julho e agosto, tempo das grandes chuvas regionais de inverno. Um mês inteiro de desconforto e pesadelo, sobretudo de noite, ao clarão espectral das fogueiras dos bivaques, quando estalidos, urros, silvos e regougos enchem de ressonâncias insólitas o sombrio silêncio da floresta tropical. E de precárias dormidas, também, que eram mais de vigília do que de sono solto. Vigília atenazada pelas picaduras pungentes de pernilongos zumbidores e dos intoleráveis maruins dos manguesais, ou eletrizada de súbito pelo toque de rebate de sentinelas alarmadas. Imagina-se sem dificuldade D. Catarina Barreto e as outras peregrinas com o

coração aos pulos, desfiando contas de rosários, recitando nervosas ladainhas juntamente com os filhos e as negras caseiras, beijando de quando em vez bentinhos, relíquias e imagens de santos que nunca abandonavam. Poderá ter sido numa dessas aflições maiores que a viúva de D. Luís de Sousa Henriques, agarrada à esperança e ao propósito de um dia regressar ao seu engenho Jurissaca, dedicou três dos filhos à vida conventual.

Retomando, porém, o mortificante itinerário, da vila de Sirinhaém até o rio Una há de ter passado o comboio pelo engenho das Ilhetas, pertencente a Estêvão Pais Barreto, que provavelmente nessa oportunidade se incorporou à migração, o mesmo podendo ter acontecido por parte do irmão Diogo, quando atingida a margem esquerda do Una. Do Una onde um seu engenho fora estabelecido sob a invocação de Nossa Senhora da Guia. Aponta hoje um barreirense ilustre, o professor Rui de Aires Belo, no sítio onde se encontra a sede da Usina Rio Una, agora desativada, o lugar onde estava o núcleo do engenho Una de Diogo Pais Barreto, o qual ainda existia com esse nome quando Manoel da Costa Honorato o registou no seu "Dicionário topográfico", em meados do século passado, ^{23 p.147} e continuava existindo na última década de oitocentos, como propriedade do Visconde do Rio Formoso. ^{3 p. 276} Em 1636 o Conde de Bagnoli, já então sob as ordens de D. Luis de Rojas y Borja, despachou de Porto Calvo um destacamento que se foi fortificar — regista o Marquês de Basto — "junto ao rio Una, para a parte do sul, em uma casa que ficava em frente do engenho de Diogo Pais e à vista da povoação e da igreja de São Gonçalo." ^{10 p.233-4} Na ribeira meridional do rio, essa fortificação parece ter sido instalada em terras do hoje engenho Erval, na margem convexa do amplo meandro que o Una descreve a jusante da atual cidade de Barreiros. Dali, com efeito, avistam-se à direita os outeiros no alto de um dos quais perseveram as vetustas ruínas da igreja de São Gonçalo, matriz da povoação homônima, também chamada de povoado de Una, nos arredores da qual o brabantino Verdonck dizia haver em 1630 quatro ou cinco engenhos além de muito gado. ^{35 p.615} Segundo apurou o desembargador Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, o monte onde se encontra a igreja foi doado, para seu patrimônio, por Diogo Pais Barreto em 1624 ou 1625. ²⁸ E o culto popular do santo — talvez São Gonçalo Garcia, franciscano, que foi um dos mártires do Japão, talvez o dominicano São Gonçalo de Amarante — era celebrado todos os anos com proporções tamanhas que quando o conselheiro Bullestrate passou pelo povoado em 1641 foi instado pelo capitão comandante da guarnição holandesa para que lhe dessem meios de se fortificar melhor, "visto que os portugueses ali residentes são audaciosos e, ainda mais, durante a festa de São Gonçalo, reúnem-se ali entre três a quatro mil pessoas", ^{6 p.645} Não é demais presumir que de passagem pelas terras do irmão D. Catarina Barreto, devota como era, se tenha feito transportar ladeira aci-

ma até a igreja do milagroso São Gonçalo a fim de orar por um breve regresso ao seu engenho, formulando a promessa — quem sabe? —, de mandar levantar-lhe uma ermida em Jurissaca.

A etapa seguinte tinha de ser Porto Calvo, embora lá estivesse o herede aboletado, “por ser por aí o caminho próprio para carros”, como se diz nas “Memórias Diárias”. Depois do que aconteceu em Porto Calvo e dos dez dias que detiveram lá a caravana, gastaram-se mais seis rompendo as densas matas entre o rio Santo Antonio Grande e o Camaragibe, até a lagoa do Norte, ou Mundaú, em cuja margem está hoje parte da cidade de Maceió, e mais quatro para passar à povoação da Alagoa do Sul, anteriormente vila da Madalena, onde existe agora a cidade de Marechal Deodoro e onde Matias de Albuquerque fortificou-se. Um mês inteiro tinha decorrido desde a partida de Sirinhaém, um caminho — escreveu Jaboatão — “que os mais vagarosos andantes tomam em oito dias, e no comum se gastam cinco até seis”²⁵ P. II v.1 p.164. Daqui por diante esgarçam-se as pistas sobre o roteiro do comboio. Ainda segundo o autor do “Novo Orbe Seráfico”, na povoação da Alagoa do Sul não havia condições para abrigar toda aquela gente, de sorte que o maior número seguiu “para os Conventos das partes da Bahia”, outros foram para o Rio de Janeiro e outros ainda para outros destinos, seguindo “os caminhos diversos que lhes ofereceram os tempos, os parentes e os amigos”.¹⁹ p. 415. Dali mesmo em dezembro partiu para a Bahia Matias de Albuquerque, depois de passar o comando das operações a D. Luis de Rojas y Borja, viajando talvez por mar, porquanto a barra das duas Alagoas ainda estava a salvo do inimigo. É de presumir que D. Catarina Barreto seguiu o mesmo destino acompanhando ou não o general. De que se recolheu à Bahia há indícios, entre os quais aquele já mencionado, de estar ali em 1645 o seu filho mais velho, D. João, quando o emissário do Conselho Supremo, Dirk van Hoogstraten, começou a ser peitado para entregar o forte de Nazaré aos restauradores.

Poucos não foram os que passaram para a Bahia com os restos que carregavam de seus pingues haveres, o que levou Brito Freire a refletir que, se as hostilidades da guerra tinham feito primeiro crescer a Paraíba à custa de Pernambuco, “depois, com a perda de Pernambuco, e Paraíba, se aumentou a Bahia, e Rio de Janeiro”.¹⁹ p.342. Muitos ficaram na Bahia, como o sevilhano Luiz Lopes Tenório que morreu lá, ou como Filipe Cavalcanti de Albuquerque, neto de Arnau de Holanda e genro de D. Isabel de Moura, de quem não consta ter regressado a Pernambuco. Aliás Filipe chegara à Bahia — assinala a “Nobiliarquia Pernambucana” — “acompanhado com grande fausto de criados, vestidos, etc., com que fez uma vistosa entrada nesta cidade. 18 v.1 p.273. Segundo Pedro Calmon no prefácio que escreveu para uma moderna edição da “História da América Portuguesa”, a mãe de Sebastião da

Rocha Pitta era aquela mesma D. Brites da Rocha Pitta ^{32 p. 5} “insigne matrona de muito perfeito juízo, natural de Pernambuco de onde se retirou no tempo do Holandês”, ^{18, v.1 p.274} não estando claro, porém, se participou da retirada de 1635 ou de alguma das que se repetiram nos dois anos seguintes.

Voltou a Pernambuco, com certeza, o olindense Luís Marreiros, que em 1650 era vereador na Câmara de Olinda. E regressou igualmente D. Catarina, cuja pedra tumular ainda hoje existê, não mais na igreja de São Gonçalo de Jurissaca, mas na capelinha da enseada do Paiva, uma propriedade particular que se dilata entre a ponta das Pedras Pretas e a de Simão Pinto.

De que essa lápide estivera antes na ermida de São Gonçalo deixou testemunho Nasson Figueredo ^{17 p. 56} quando informou que ainda em 1888 o epitáfio fora copiado pelo dr. Cícero Odon Peregrino da Silva, sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, tendo desaparecido depois das ruínas da igreja. A verdade é que foi levada para a capela de S. José de Paiva já desde o fim do século passado, e para essa mesma capela o atual proprietário da praia, o industrial Ricardo Brennand, fez transportar recentemente, conforme revela em carta que nos escreveu, a pedra de fecho de arco central da ermida, pedra na qual está gravado o ano de 1653.

A construção da ermida — ou sua reconstrução, porque no mapa intitulado “Praefecturae Paranambucae Pars Borealis” (1640) do livro de Barléu, já está assinalado um topônimo, “São Gonçalo”, aproximadamente no lugar em que se encontra a ermida — fora concluída, portanto, já no ano anterior ao da definitiva expulsão dos holandeses. E como erigida em terras do engenho Jurissaca, que os holandeses tinham confiscado e vendido ao judeu Moisés Navarro por 45.000 florins e que foi afinal recuperado por D. Catarina, não parece haver dúvidas de que foi ela mesma quem mandou edificar a igreja. Talvez em cumprimento de algum voto feito nos dias tormentosos da retirada para a Bahia, mas de qualquer modo testemunhando a pressa com que voltou às suas terras, mesmo sem esperar que os últimos hereges tivessem afinal capitulado. Na lousa tumular armoriada, que nos chegou até hoje, estão os timbres dos Pais, dos Velhos e dos Barretos num escudo esquartelado em cujo coração figuram as armas dos Souza Henriques e lê-se a seguinte inscrição: “Aqui jaz D. Catarina Barreto mulher que foi de D. Luis de Sousa Henriques Pede pelo amor de Deus um Padre-Nosso e uma Ave-Maria pela alma de ambos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)* 4. ed. Rio de Janeiro, 1954, 380 p.
- 2 – ANDRADE, Gilberto Osório de. Revestimento florístico e fauna silvestre da Costa Oriental do Nordeste do Brasil In: – *Recursos naturais meio ambiente e poluição*. Rio de Janeiro, SUPREN/Fundação IBGE, 1977, V.I. p. 207-16.
- 3 – BELLO, Júlio. *Memórias de um Senhor de Engenho*, 2 ed. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1948, 304 p.
- 4 – BRANDÃO, Ulysses. A Confederação do Equador. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 26 (123-6):13-357, 1924.
- 5 – BREVE Discurso (Sommier discours) sobre o estado das quatro capitânias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande situadas na parte setentrional do Brasil (Tradução de José Hígino Duarte Pereira). *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano Recife*, 6(34):139-94, 1887.
- 6 – BULLESTRATE, Adriaen van. Notas do que se passou na minha viagem desde 15 de dezembro de 1641 até 24 de janeiro de 1642. Tradução de José Antônio Gonsalves de Mello. *Revista do Arquivo Público*, Recife, 4(6):629-80, 1949.
- 7 – CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade*, Recife. Cooperativa Editora de Cultura Intelectual de Pernambuco, 1942. 2 v.
- 8 – CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Introdução e Notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, J. Leite & Cia., 1925. 435 p.
- 9 – CARTAS Jesuíticas. III Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933. 567 p.
- 10 – COELHO, Duarte de Albuquerque (Marquês de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco). *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630- 1638*, Recife. Secretaria do Interior de Pernambuco, 1944. 331 p.
- 11 – COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Origens históricas da indústria açucareira em Pernambuco. *Arquivos*, Recife, 6-10 (7-20):267-329, dez. 1951.
- 12 – _____ . *Anais pernambucanos*, Recife. Ed. do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1951, v. 1 641 p. 1952, v. 2. 635 p.
- 13 – COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1904. 566 p.

- 14 – DENUNCIACÕES de Pernambuco 1593-1595 (Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça), São Paulo, Ed. Paulo Prado, 1929. 509 p.
- 15 – DIÁLOGOS das grandezas do Brasil 2. ed. Introdução de José Antônio Gonsalves de Mello, Recife, Imprensa Universitária, 1966. 216 p.
- 16 – ESPÍNDOLA, Tomás do Bom-Fim. *Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas*, 2. ed. Maceió, Tipografia do Liberal, 1871. 183 p.
- 17 – FIGUEREDO, Naasson. A Igreja de São Gonçalo de Jurissaca. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife. 31(147-50):55-60. Jan/dez. 1931.
- 18 – FONSECA, José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia pernambucana*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935. 502 e 488 p. 2 v.
- 19 – FREYRE, Francisco de Britto. *Nova Lusitânia: História da guerra brasílica*. Lisboa, 1675. Edição fac-similar da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, Recife, 1977. 497 p.
- 20 – FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 14. ed. brasileira, Recife, Imprensa Oficial, 1966. 2 v.
- 21 – FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro. J. Olympio. 1961. 183 p.
- 22 – GANDAVO, Pero de Magalhães. *I – Tratado da terra do Brasil, II – História da província Santa Cruz*. Rio de Janeiro. Ed. do Anuário do Brasil, 1924. 157 p.
- 23 – HONORATO, Manoel da Costa. *Dicionário topográfico, estatístico e histórico da Província de Pernambuco*, 2. ed. Com Estudo Introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1976. 150 p.
- 24 – ITINERÁRIO desde a Cidade Maurícia até o Forte Maurício, situado junto ao Rio São Francisco 1640 (Arquivo Particular do Rei da Holanda). *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 5(31):311-21 1886.
- 25 – JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico ou crônica dos frades menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro, 1858; Parte I v. 1, 414 p. e v. 2, 436 p. 1859, Parte II v. 1, 322 p; e 1861, Parte III, 835 p.
- 26 – KNIVET, Anthony. *Vária fortuna e estranhos fados*. Trad. Guiomar de Carvalho Franco. Notas de Francisco de Assis Carvalho Franco, São Paulo. Ed. Brasiliense, 1947. 189 p.

-
- 27 – LUNA, Padre Lino do Monte Carmelo. Biografia do Marquês do Recife. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1(7):235-63. 1898.
- 28 – MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Ensaio sobre a estatística civil e política da Província de Pernambuco*. Recife, Tipografia de M. F. de Faria, 1852.
- 29 – MELLO, José Antônio Gonsalves de Brito. Freyre, a sua história e Pernambuco. In: FREYRE, Francisco de Brito. *História da guerra Brasileira*. Recife, 1977.
- 30 – MOREIRA, José de Mendonça de Mattos. Relação das matas das Alagoas que têm princípio no Lago do Pesçoço e de todas as que ficam ao Norte destas até o Rio da Ipojuca, distante dez léguas de Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 13(73):371-83, 1908.
- 31 – PIO, Fernando. *Cinco documentos para a história dos engenhos de Pernambuco*. Separata da *Revista do Museu do Açúcar-Recife*. 2: 63, 1969
- 32 – PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Rio de Janeiro. W. M. Jackson Inc. ed, 1950, 497 p.
- 33 – SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. 3. ed. São Paulo Companhia Melhoramentos. 1931. 632 p.
- 34 – VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. 3. ed. Salvador, Liv. Progresso, 1955. 424 p.
- 35 – VERDONCK, Adriaen. Memória oferecida ao senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande (1630). Tradução de José Antônio Gonsalves de Mello. *Revista do Arquivo Público*, Recife, 4(6):611-28, 1949.